

Líderes reúnem-se hoje para definir prioridades de votação do Plenário

Página 2

RODOLFO STUCKERT



Deputados da nova legislatura, que tomaram posse no último dia 1º, iniciam nesta terça-feira os trabalhos deliberativos do Plenário

Marco Maia: Câmara continuará dando posse a suplentes de coligações

Página 3

DEM e PR defendem amplo debate sobre reformas política e tributária; PSC quer revisão do pacto federativo

Páginas 7 e 8

Líderes decidem prioridades de votações; dez MPs trancam a pauta

A primeira reunião de líderes partidários desta legislatura, marcada para as 16 horas de hoje, tratará prioritariamente das primeiras semanas de votações do Plenário. Os deputados têm pela frente uma pauta trancada por dez medidas provisórias. Outras 13 MPs em tramitação vencem entre 20 de fevereiro e 19 de março.

O líder do PT, **Paulo Teixeira (SP)**, apontou como uma das prioridades do partido a MP 503/10, que cria a Autoridade Pública Olímpica, autarquia responsável pelo gerenciamento e licitação de projetos para os jogos de 2016. "Se não dermos conta rapidamente do cronograma de obras para a Olimpíada, vamos comprometer a própria realização da competição", afirmou, ao dizer que pretende dialogar com os demais partidos, tanto da base como da oposição, para que a votação ocorra o mais rapidamente possível.

Salário mínimo - De acordo com o presidente da Câmara, Marco Maia, a MP 516/10, que trata do reajuste do salário mínimo, deve ser votada em abril. A MP fixou o mínimo em R\$ 540, mas o governo já acenou com a possibilidade de aumentá-lo para R\$ 545. No entanto,

acrescentou o presidente, se o governo enviar algum projeto de lei com regime de urgência, havendo acordo dos líderes, ele será votado antes da MP, e ela perderá o efeito. Marco Maia ressaltou, no entanto, que isso ainda é suposição e não há data prevista para o envio do projeto do governo.

Já o líder do PSDB, **Duarte Nogueira (SP)**, adiantou que a votação dessa MP é uma das prioridades do partido. Ele disse que cobrará um posicionamento da base aliada também sobre a regulamentação da Emenda 29, que assegura mais recursos para a saúde, e sobre a chamada PEC 300, que cria um piso salarial nacional para policiais.

Sessões extraordinárias - Marco Maia já anunciou que a Câmara deve manter o entendimento de que matérias que não são tratadas por MPs possam ser votadas em sessões extraordinárias, ainda que a pauta das sessões ordinárias esteja trancada por propostas com prazo de tramitação vencido.

Por isso, o deputado Paulo Teixeira defende também a votação urgente de outras três prioridades para o PT: a erradicação da miséria e as reformas política e tributária.



RODOLFO STUCKERT

Os trabalhos do Plenário foram iniciados na última quinta-feira, em sessão de debates conduzida pela 1ª vice-presidente, deputada Rose de Freitas

Processo de definição das comissões permanentes

O presidente da Câmara, Marco Maia, informou ainda que o processo sobre a definição das comissões permanentes deve começar hoje, o que não implica necessariamente em acordo entre as legendas para que haja resultado concreto até a próxima quinta-feira. O líder do PT, deputado

Paulo Teixeira, informou que o partido pretende comandar a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Ele negou, entretanto, que haja disputa interna entre os deputados pela presidência da CCJ. Segundo Teixeira, ainda não foi definido um nome do PT para o cargo.

DECORO PARLAMENTAR

Eduardo da Fonte: dever da Corregedoria é cumprir Regimento Interno e Constituição

Novo corregedor da Câmara, o deputado **Eduardo da Fonte (PP-PE)**, segundo vice-presidente da Câmara, destacou que a corregedoria, encarregada de fiscalizar e investigar possíveis irregularidades cometidas pelos parlamentares, não tem amigos nem inimigos, apenas o dever de cumprir o que diz o regimento interno e a Constituição Federal.

Eduardo da Fonte também afir-

mou que o Conselho de Ética está cumprindo as suas atribuições. "O que nós temos que exigir, e que tem acontecido ao longo dos anos, é que o Conselho cumpra o regimento da Casa. Pelo que eu tenho visto, ele tem sido cumprido. Nós temos que seguir e cumprir à risca esse regimento."

A corregedoria, ocupada sempre pelo segundo vice-presidente da Câmara, é composta por quatro

integrantes da Mesa Diretora.

O corregedor é responsável por presidir inquérito, enviado pelo Presidente da Câmara, envolvendo deputados. Cabe à Corregedoria a manutenção do decoro parlamentar, da ordem e da disciplina na Casa. Quando julgar necessário, o corregedor poderá nomear comissão de sindicância, que ele presidirá, para averiguar fatos e ouvir depoimentos.



GILBERTO NASCIMENTO

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Procurador Parlamentar
Nelson Marquizezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor
Pedro Noleto
Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado
Roberto Seabra

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho
Roselene Figueiredo

Ilustrador
Renato Palet
Editor de fotografia
Reinaldo Ferrigno

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Marco Maia diz que Câmara continuará empossando suplentes da coligação

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse ontem que a Casa vai continuar cumprindo o que determina a lei em relação à posse dos suplentes de deputados, ou seja, a vaga a ser ocupada pelos suplentes pertence à coligação e não aos partidos.

“Nós vamos continuar cumprindo a lei, e a lei estabelece que os suplentes são os integrantes da coligação”, disse Maia, após participar da abertura de seminário interno do PT. O presidente ressaltou que os tribunais regionais eleitorais (TREs) fazem o registro válido dos suplentes. “Portanto, vamos continuar dando posse a eles”, reforçou.

Essa prática é baseada, conforme a Assessoria Jurídica da Câmara, em artigos da Constituição, da Lei Eleitoral e do Código Eleitoral. Esse último, por exemplo, determina que as vagas sejam ocupadas usando-se o quociente eleitoral considerando as coligações. Assim, usar outra regra para os suplentes contraditaria o cálculo aplicado na eleição dos titulares.

Liminares - Historicamente, a Câmara vem dando posse aos suplentes que tiveram mais votos de acordo com as coligações partidárias, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) tem concedido uma série de liminares para que os suplentes de mesmo partido sejam empossados nas vagas abertas.

Até ontem, 28 deputados deixaram suas vagas para assumir cargos no Executivo. Desses, 23 já foram substituídos por suplentes, sendo que 8 de outros partidos. Com as mudanças, o DEM foi o mais beneficiado, tendo ganhado 4 deputados, enquanto PPS e PSB perderam 2 cada um.

A polêmica começou em dezembro do ano passado, quando o STF concedeu liminar para garantir a posse do primeiro suplente do partido para ocupar a vaga do ex-deputado Natan Donadon (PMDB-

RO), que havia renunciado ao mandato para não sofrer os efeitos da Lei da Ficha Limpa.

Troca de legenda - No início de janeiro, a Mesa Diretora acatou a decisão do STF e deu posse ao deputado João Batista (PMDB-RO) na vaga então ocupada por Agnaldo Muniz (PSC-RO), que perdeu o cargo.

Muniz era o primeiro suplente da coligação que elegeu dois deputados em Rondônia em 2006 e assumiu a vaga de Donadon. Muniz havia concorrido naquela época pelo PP, que fazia parte da coligação, mas trocou de partido antes de assumir o cargo.

Diante da troca de legenda, o PMDB recorreu, e o STF concedeu liminar determinando que a vaga aberta pela renúncia de Donadon, ocorrida em 27 de outubro de 2010, fosse ocupada pela primeira suplente do partido, Raquel Duarte Carvalho. Por maioria de



Marco Maia

votos (cinco a três), os ministros entenderam que a vaga deve ser ocupada pelo primeiro suplente do partido, e não da coligação.

A primeira suplente, Raquel Duar-

te, no entanto, optou por não assumir o cargo (ela é vice-prefeita de Cacoal), o que abriu vaga para a posse do segundo suplente do partido, João Batista, que completou o mandato.

Cargo por liminar - Um dos deputados que buscam assumir o cargo por meio de liminar é Humberto Souto (PPS-MG). Tenta ocupar a vaga deixada por seu colega de partido, Alexandre Silveira, também do PPS - nomeado secretário extraordinário de Gestão Metropolitana de Minas Gerais. A vaga é ocupada hoje pelo deputado Jairo Ataíde (DEM-MG). A liminar, ainda não foi recebida oficialmente pela Câmara, foi concedida pela ministra do STF Carmem Lúcia. “Com o mandato sendo dos partidos, a convocação dos suplentes tem que ser pela ordem dos partidos. Até porque se eu fosse primeiro suplente do meu partido, eu já teria assumido”, disse Souto.

Outra liminar concedida pela ministra dá ao suplente de deputado Carlos Victor da Rocha Mendes (PSB-RJ) o direito de precedência na ocupação de vaga aberta por Alexandre Cardoso (PSB-RJ), que assumiu o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia do Rio. Carlos Victor ficou com a segunda suplência na lista da coligação formada entre o PSB e o PMN. Com o afastamento de Alexandre Cardoso, a Câmara deu posse ao suplente da coligação **Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)**.

Brechas na lei - O professor de Ciência Política da Universidade de Brasília David Fleischer considerou “esdrúxula” a decisão do STF, porque ela abriria uma série de outras “brechas” que podem ser questionadas juridicamente. “Como ficarão os casos de suplentes que deveriam ter assumido em outras legislaturas, eles poderão reivindicar salários retroativos e corrigidos? E os casos de partidos que não têm suplentes, como ficarão?”, questionou.

Titular afastado	Suplente empossado
Mário Negromonte (PP-BA)	Acelino Popó (PRB-BA)
Afonso Florence (PT-BA)	Emiliano José (PT-BA)
Zezéu Ribeiro (PT-BA)	Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)
Paulo Tadeu (PT-DF)	Policarpo (PT-DF)
Pedro Novais (PMDB-MA)	Davi Alves Silva Júnior (PR-MA)
Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)
Bilac Pinto (PR-MG)	Vitor Penido (DEM-MG)
Alexandre Silveira (PPS-MG)	Jairo Ataíde (DEM-MG)
Carlos Melles (DEM-MG)	João Bittar (DEM-MG)
Pedro Henry (PP-MT)	Roberto Dornier (PP-MT)
Eliene Lima (PP-MT)	Neri Geller (PP-MT)
Asdrubal Bentes (PMDB-PA)	Luiz Otavio (PMDB-PA)
Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	Andre Dias (PSDB-PA)
Nílson Pinto (PSDB-PA)	Dudimar Paxiuba (PSDB-PA)
Átila Lira (PSB-PI)	Nazareno Fonteles (PT-PI)
Cezar Silvestri (PPS-PR)	Setim (DEM-PR)
Alexandre Cardoso (PSB-RJ)	Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)
Luiz Sérgio (PT-RJ)	Chico Dangelo (PT-RJ)
Jorge Bittar (PT-RJ)	Eliane Rolim (PT-RJ)
Beto Albuquerque (PSB-RS)	Luiz Noé (PSB-RS)
Maria do Rosário (PT-RS)	Fernando Marroni (PT-RS)
Emanuel Fernandes (PSDB-SP)	Vanderlei Macris (PSDB-SP)
Edson Aparecido (PSDB-SP)	Eleuses Paiva (DEM-SP)

Fonte: Secretaria Geral da Mesa, em 7/2/2011

Tribunais eleitorais elaboram lista de eleitos a partir das coligações

A decisão do STF é polêmica, porque tradicionalmente a lista dos eleitos diplomados pelos tribunais regionais eleitorais é definida a partir do resultado das coligações partidárias. “Se a decisão do STF for estendida aos outros casos, isso vai desvirtuar o processo eleitoral brasileiro, pois as coligações na prática anulam individualmente os partidos e têm efeitos que vão até depois das eleições. Não vejo como o Supremo poderia mudar esse entendimento, que é histórico”,

declarou o deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)**, que até o ano passado era corregedor da Câmara e agora é líder do DEM.

Por ter esse entendimento, Magalhães Neto elaborou parecer — aprovado pela Mesa Diretora — no sentido de que a decisão do STF tenha efeito limitado a esse caso específico. O atual corregedor da Câmara, deputado **Eduardo da Fonte (PP-PE)**, não quis se manifestar sobre o assunto.

O ex-ministro do STF Carlos Velloso

acredita que o Supremo vai manter sua decisão, abrindo precedente importante para futuras manifestações no tribunal. Para Velloso, as coligações são extintas no fim das eleições e, portanto, a vaga do suplente pertence ao partido. “Eles [os partidos] se coligam para obter benefícios. Sozinhos, não vão fazer voto nenhum, então eles se coligam. E não é justo que o suplente de um nanico que não tem voto nenhum ocupe a vaga do grande partido que teve muitos votos”, explicou o ministro.

Quem ganhou
DEM ganhou 4
PT ganhou 1
PRB ganhou 1
PMN ganhou 1
Quem perdeu
PP perdeu 1
PSDB perdeu 1
PMDB perdeu 1
PPS perdeu 2
PSB perdeu 2

Fonte: Secretaria Geral da Mesa, 7/2/2011

Pinga-Fogo

Tecnologia

Gonzaga Patriota (PSB-PE) destacou as contribuições do ex-ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, hoje diretor-geral brasileiro da Alcântara Cyclone Space. “Quando comandou o ministério, Roberto Amaral demonstrou grande sensibilidade social ao ampliar a oferta de alimentos nas regiões carentes do Nordeste”, enfatizou. Patriota relatou ainda a importância dos trabalhos realizados na Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão, que desenvolve tecnologia para o lançamento de foguetes e conta com o apoio de Amaral, que também é vice-presidente do Partido Socialista Brasileiro.

Remédio gratuito

Ao sustentar que a questão da saúde é a principal queixa da população brasileira, **Anthony Garotinho (PR-RJ)** elogiou a decisão do governo federal de disponibilizar gratuitamente remédios para pressão alta e diabetes. No entanto, Anthony Garotinho espera que o Congresso Nacional dê celeridade na aprovação da Emenda 29, que destina mais recursos para o setor.

Primeira vice

Luiza Erundina (PSB-SP) elogiou a escolha da deputada **Rose de Freitas (PMDB-ES)** para ocupar a 1ª Vice-Presidência da Câmara. Em 185 anos de história do Poder Legislativo, esta é a primeira vez que uma mulher ocupa um cargo titular na Mesa Diretora da Casa, ressaltou a deputada. Erundina disse esperar que a nova legislatura possa tratar de reformas estruturais há muito tempo reivindicadas pela população brasileira, como é o caso, por exemplo, da reforma política, da reforma tributária e da democratização dos meios de comunicação social do País.



GILBERTO NASCIMENTO

Problema da saúde não é de gestão, mas de falta de recursos, avalia João Ananias

O deputado **João Ananias (PCdoB-CE)** alertou a Casa para a necessidade de o País encontrar um “caminho firme” para resolver o problema do financiamento da saúde pública. “Fico desconfiado de quem atribui os problemas da saúde apenas a uma questão de gestão; a saúde está sem gordura nenhuma, os estados e municípios

estão absolutamente exaustos, sem conseguir atender à demanda, é uma injustiça”, argumentou.

Segundo João Ananias, isso acontece porque o Brasil gasta pouco com a saúde – apenas 3,7% do PIB, pouco mais da metade dos 6,5% preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os Estados Unidos, comparou, mesmo sem ter atendimento universalizado, gastam 7,8%; Cuba gasta cerca de 10%; a Argentina, 4,6%; o Uruguai, 9%. “Se tivéssemos mantido a CPMF, estaríamos com 7,5% do PIB”, calculou.

O déficit anual da saúde pública, prosseguiu Ananias, encontra-se entre R\$ 6 e R\$ 8 bilhões, de acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde. “É por isso que as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e todos os demais serviços de saúde não funcionam na velocidade necessária, e as reclamações são constantes”, afirmou.

Na avaliação do parlamentar, aqueles que criticam os gastos públicos são muitas vezes os mesmos que cobram que o poder público garanta o atendimento universal pelo SUS. O deputado defendeu a aprovação da Emenda 29 e a construção de um sistema capaz de efetivamente financiar

a saúde.

SUS - No Ceará, disse João Ananias, muitos secretários municipais de Saúde já deixaram o cargo “por não aguentarem mais as pressões”. O SUS, afirmou, representa um importante avanço, tem uma concepção teórica perfeita, sem defeitos. “O Brasil construiu um sistema que não exclui ninguém, faz transplantes, exames e cirurgias complexas; mas padecemos da desregulação entre oferta e demanda pelos serviços, os recursos financeiros são parcos para a ousadia do sistema”, sustentou.

O resultado, concluiu, é que o povo brasileiro paga um preço alto quando procura atendimento não encontra o esteio desejado. Ananias destacou porém que, como secretário de Saúde do governador Cid Gomes, ele ajudou a fazer com que o Ceará, o 22º estado mais pobre da Federação, realizasse investimentos maciços no setor. Foram construídos dois grandes hospitais, um em Sobral, outro em Juazeiro do Norte, para garantir a melhoria na atenção de urgência e de emergência, inclusive beneficiando a população de estados vizinhos; 21 novas policlínicas; e 17 novos centros odontológicos.

Fico desconfiado de quem atribui os problemas da saúde apenas a uma questão de gestão; a saúde está sem gordura nenhuma, os estados e municípios estão absolutamente exaustos, sem conseguir atender à demanda, é uma injustiça



GILBERTO NASCIMENTO

Agnolin afirma que já busca verbas para ampliar o polo de confecção de Tocantins

Ao ressaltar as prioridades de seu mandato para os próximos quatro anos, o deputado **Agnolin (PDT-TO)** informou que está empenhado na busca de recursos para cumprir as promessas de campanha, entre elas a ampliação do polo de confecção de Tocantins.

O polo de confecção, informou, já está instalado em 16 municípios de Tocantins. Agnolin prometeu lutar para conseguir recursos para distribuir centenas de fábricas para as famílias tocantinenses desenvolverem suas atividades.

O parlamentar disse ainda que, durante seu mandato, dará ênfase à piscicultura, com foco na criação de peixes em lagos criados com a construção de hidrelétricas. Outros compromissos que assumiu durante a campanha e que reforçou em seu discurso foram: a defesa do piso salarial dos agentes de saúde; e o melhor acesso à universidade pública para jovens de baixa renda, com a criação de curso pré-vestibular gratuito. “Vamos superar as dificuldades que assolam muitas famílias”, afirmou.

Agnolin elogiou o discurso da presidente Dilma Rousseff, na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, quando reiterou seus compromissos e assegurou

aos cidadãos todas as condições básicas, fundamentais e essenciais, como alimentação, moradia, emprego, educação de qualidade e acesso à saúde e à cultura. “A presidente tem razão quando diz que é vergonhoso que, no Brasil, grande produtor de alimentos, ainda haja pessoas passando fome”, destacou.

Carajás - Agnolin também defendeu a criação do Estado do Carajás. Segundo argumentou, a criação do Tocantins melhorou a vida dos tocantinenses e dos goianos. Quando Tocantins foi criado, lembrou, havia 13 mil residências com água encanada. Hoje, destacou, cerca de 366 mil residências têm água tratada.

A reforma política também é considerada prioritária para Agnolin. Ele condenou o que chamou de brutal mercantilização do pleito eleitoral e defendeu o voto distrital misto.

O deputado, que exerce o primeiro mandato na Câmara federal, agradeceu a seus quase 48 mil eleitores, aos líderes políticos do estado e aos seus familiares que, segundo destacou, o ajudaram a chegar ao Congresso.

Deputados apresentam 175 propostas e privilegiam consumidor e meio ambiente

Lara Haje

Mais de 170 proposições foram apresentadas pelos deputados após uma semana de início da nova legislatura. Já foram protocolados uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), 162 projetos de lei, 3 projetos de lei complementar, 8 projetos de resolução e 1 projeto de decreto legislativo.

Os assuntos mais recorrentes são defesa do consumidor e a proteção do meio ambiente. Também há muitas propostas na área de minas e energia e de educação. Diversas sugestões visam alterar a legislação tributária, especialmente para a concessão de benefícios fiscais. Há ainda muitos projetos alterando as regras eleitorais.

Autores - A primeira proposta desta legislatura foi apresentada pelos deputados **Maurício Rands (PT-PE)** e **Weliton Prado (PT-MG)** e altera a Lei de Licitações (8.666/93), para que a habilitação nas licitações ocorra apenas depois da fase de apreciação das propostas.

Prado foi o deputado que protocolou mais propostas até o momento, com cerca de 90 projetos de lei. Os assuntos são variados: desde projetos voltados à preservação do meio ambiente a outros alterando as leis do setor mineral, passando por propostas na área de educação e de defesa do consumidor. Há ainda sugestões mais específicas, como o PL 95/11, que determina a afixação da



Weliton Prado, que apresentou cerca de 90 projetos

bandeira nacional na fachada de edifícios públicos, e PL 49/11, que obriga o uso de coletes salva-vidas por usuários de veículos aquáticos que transitam por lagos e lagoas, como “pedalinhos”.

Outros deputados com número elevado de propostas apresentadas são **Otávio Leite (PSDB-RJ)**, com 16 projetos e uma PEC, e **Sandes Junior (PP-GO)**, com 12 projetos.

A única PEC apresentada até o momento veda a posse de suplentes duran-

te o recesso parlamentar. Pela proposta, os suplentes só tomariam posse em caso de convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, do Senado ou do Congresso. A regra também atingiria os Legislativos estaduais e municipais.

Já o único Projeto de Decreto Legislativo protocolado, do deputado **Mendonça Filho (DEM-PE)**, visa sustar os efeitos de parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que determinou a discricionariedade do presidente da República para não executar a extradição para Itália do refugiado político Cesare Battisti.

Outras medidas - Até o momento, há apenas um projeto de lei de outro poder da República – sem contar as medidas provisórias. Trata-se do PL 89/11, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que corrige a tabela de emolumentos (remuneração) sobre os serviços notariais e de registro público no âmbito do Distrito Federal e territórios.

Os oito projetos de resolução (PRC) protocolados visam alterar regras internas da Casa. O PRC 1/11, do deputado

Maurício Rands (PT-PE), por exemplo, determina o prosseguimento automático das propostas de autoria de parlamentares reeleitos. Atualmente os deputados têm de apresentar requerimento solicitando o desarquivamento das proposições, a não ser que já haja pareceres de todas as comissões.

Reguffe abre mão de verbas e assessores

O deputado **Reguffe (PDT-DF)** informou à Câmara que abrirá mão de verbas destinadas ao seu gabinete. Ele protocolou ofícios na Diretoria Geral para deixar de receber ajuda de custo e para reduzir a verba indenizatória e o número de assessores, além de abdicar do auxílio-moradia, já que mora em Brasília.

“Na minha opinião, o Poder Legislativo, para ser forte e atuante, não precisa ser gordo. É o que eu, como cidadão, gostaria de ver um parlamentar fazendo. E foi meu compromisso, o que eu assumi com meus eleitores e estou cumprindo”, disse Reguffe.

O deputado **Izalci (PR-DF)** disse respeitar a postura do colega, mas defendeu que um mandato seja avaliado pelas ideias implementadas em benefício da população e não pelo custo de cada gabinete.

Novos propõem criação de comissões permanentes

Karla Alessandra

O ator e deputado **Stepan Nercessian (PPS-RJ)** defende o desmembramento da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, criando uma comissão exclusiva para a cultura. Pela proposta apresentada pelo parlamentar, que inicia seu primeiro mandato, a Comissão de Cultura será responsável por estabelecer normas gerais sobre cultura e instituições culturais, direitos autorais, diversões e espetáculos públicos, criações artísticas e outras manifestações culturais brasileiras.

Stepan Nercessian afirmou que, apesar da importância econômica da produção cultural, o tema não é tratado com atenção por parte do governo. “Não é pedir nada, o trabalhador da cultura, o produtor de cultura, o artista, ele precisa ter para ele o que é de direito dele. Ele é um grande colaborador do ponto de vista econômico do país. Mundialmente, a indústria do entretenimento - hoje, nos Estados Unidos, por exemplo - perde para armamento e remédio. No Brasil, tem uma participação fundamental no PIB (Produto Interno Bruto) e ao mesmo tempo é tratada numa visão muito canhestra.”

Prioridade - O deputado **Gastão Vieira (PMDB-MA)**, ex-presidente da Comissão de Educação e Cultura, negou que haja falta de atenção para a cultura. Ele lembrou que a comissão tem priorizado recursos para a área nos últimos anos.

“A cultura, neste exercício de 2011, recebeu quatro emendas da Comissão de Educação e Cultura, enquanto a educação recebeu apenas uma emenda. Isso vem se repetindo a cada ano, a Comissão de Educação fortalece muito as atividades de cultura. Até as prioriza na medida em que o financiamento da educação é maior do que o financiamento da cultura. É preciso saber o que a cultura vai ganhar desmembrando da educação”, disse.

Gastão Vieira afirmou que, apesar de contrário à proposta de Nercessian, o debate é interessante e pode ser muito produtivo no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.



Liliam Sá

Juventude - Já a deputada **Liliam Sá (PR-RJ)**, também em primeiro mandato, apresentou proposta para a criação da Comissão Permanente da Criança, do Adolescente e do Jovem. Liliam Sá disse acreditar que o assunto vem sendo tratado por várias comissões dentro da Câmara, o que dificulta a discussão do tema de forma aprofundada.

“Essa temática ainda não está prevista no Regimento Interno. Com a promulgação da Emenda Constitucional 65/2010, chamada PEC da Juventude, ainda está tramitando o Plano Nacional da Juventude. Está tramitando também o Estatuto da Juventude. Temos que ter uma comissão que possa avaliar os orçamentos e para onde o dinheiro está indo, como está sendo investido na infância e na juventude”, disse.

Atualmente os projetos relativos a crianças, jovens e adolescentes são tratados pelas Comissões de Seguridade Social e de Direitos Humanos.

Pinga-Fogo

Estado ausente

Átila Lins (PMDB-AM) informou que vários municípios do Amazonas se ressentem da ausência do governo federal. O deputado lembrou que o estado, mesmo sendo o maior da Federação, tem apenas 61 municípios. De acordo com o parlamentar, em 90% dos municípios não há agências bancárias, poucos possuem agências do Ibama ou do Instituto Chico Mendes. "Raras também são as agências do INSS, obrigando os segurados a viajar dois ou três dias de barco para terem acesso ao benefício", disse. No setor da educação, Átila Lins propôs a implantação de mais uma universidade no estado, no Alto Solimões, que atenderia uma região com mais de dez municípios.

Duplicação da BR-470

Onofre Santo Agostini (DEM-SC) defendeu a duplicação da rodovia BR-470, que corta Santa Catarina e é responsável pelo escoamento da produção gerada no estado. A BR 470, de acordo com o deputado, está em um estado lastimável. "O setor produtivo, especialmente de alimentos, vem sofrendo com isso, pois o frete torna-se mais difícil, demorado e caro", argumentou. Santo Agostini informou que deu entrada em um requerimento sugerindo parcerias entre os governos federal e estadual para solucionar o problema.

Jovens e drogas

Nilda Gondim (PMDB-PB) agradeceu aos eleitores paraibanos pela conquista do primeiro mandato como deputada federal, em especial às mulheres que, segundo a parlamentar, confiaram nos compromissos firmados por ela. Nilda Gondim destacou que vai apresentar propostas que garantam aos jovens cursos profissionalizantes e medidas de repressão às drogas visando resgatar a cidadania. Ela destacou ainda a vitória de Dilma Rousseff à Presidência da República. Em seu entendimento, a presidente formará um governo construtivo, reformador e sensível às minorias.



GILBERTO NASCIMENTO

Raul Lima: reserva indígena Raposa Serra do Sol abalou a economia de Roraima

A criação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima abalou a economia local, segundo afirmou em Plenário o deputado **Raul Lima (PP-RR)**. "Produzia-se muito arroz, havia muitos pecuaristas, agricultores. A reserva abalou a economia estadual e diminuiu qualquer possibilidade de crescimento mais salutar e empresarial

no estado", lamentou. Além disso, observou o deputado, Roraima representa, em termos econômicos, muito pouco para o Brasil: menos de 0,1% da economia do País.

O deputado ressaltou que 43 mil índios têm a posse de 43% de Roraima, deixando de fora do estado 450 mil não-índigenas que poderiam estar produzindo. Ele afirmou que as políticas públicas do estado e do País não têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas em Roraima. "Parece que os índios estão muito bem, o que não é verdadeiro, eles possuem 43% da terra mas, se terra fosse sinônimo de riqueza, eles seriam os mais ricos", disse.

Mulheres – O parlamentar também destacou as eleições de Dilma Rousseff para a Presidência e da deputada **Rose de Freitas (PMDB-RS)** para a primeira Vice-Presidência da Câmara. "O ano de 2011 é interessante para todos nós. Inicia-se um novo mar-

co na política, com uma presidente da República e com uma vice-presidente na Câmara", afirmou.

Ele lembrou que o Brasil sempre deixou as mulheres um pouco para trás. "E agora demos um pulo na democracia, um pulo que prova que o que credencia cada um é a qualificação intelectual, a garra, a vontade de crescer, a capacidade administrativa, a aptidão ou a disposição para o trabalho – não é de onde se vem, nem quem se é", afirmou.

Empresários – Lima destacou ainda o tamanho da bancada de empresários que tomaram posse nesta Legislatura – 263 parlamentares vêm da iniciativa privada "e entendem muito bem de política". Esses parlamentares, na sua avaliação, juntamente com os demais, poderão

contribuir para o engrandecimento do País. "Junta-se a política com a iniciativa empresarial e cria-se um mundo de possibilidades", disse.

Produzia-se muito arroz, havia muitos pecuaristas, agricultores. A reserva abalou a economia estadual e diminuiu qualquer possibilidade de crescimento mais salutar e empresarial no estado

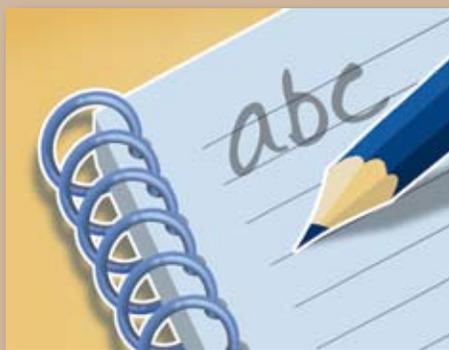
DIREITO E JUSTIÇA

Projeto cria ação civil pública por responsabilidade educacional

A Câmara analisa o Projeto de Lei 8039/10, do Poder Executivo, que permite a proposição de ação civil pública para responsabilizar a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios por atos ou omissões que comprometam ou ameacem o direito à educação básica pública. A ação civil pública é um instrumento processual empregado na defesa de interesses da coletividade. A proposta será analisada, em caráter conclusivo pelas comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segundo o projeto, a ação poderá ser proposta para assegurar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública; e para garantir a execução de convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados entre os entes federados. Esse tipo de ação, no entanto, não poderá ter como objeto a garantia de metas de qualidade de ensino.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, são necessários mecanismos mais efetivos para garantir os compromissos com a educação, e ainda instrumentos de responsabilização por eventual falta de empenho



dos gestores. O ministro afirma que os mecanismos atuais, como interrupção de repasses, tomada de contas e restituição de verbas, punem ainda mais o município ou estado já prejudicado pela omissão ou má gestão.

Percentuais de repasse – A nova modalidade de ação poderá ser proposta, por exemplo, quando não houver repasse mínimo de impostos para a educação. A percentagem mínima é de 18% para a União e de 25% para estados, Distrito Federal e municípios. "O balanço que o Ministério da Educação tem dos últimos anos demonstra que mais de 20 estados não cumprem a regra constitucional de aplicação dos 25% na educação", diz o deputado **Angelo Vanhoni (PT-PR)**, que

foi presidente da Comissão de Educação e Cultura na legislatura passada.

O procurador federal Roberto Giffoni esclarece que, na prática, o Ministério Público já pode cobrar o cumprimento dessas obrigações por meio de ação civil pública. E as penalidades podem incluir o ressarcimento do prejuízo, a perda de cargo público ou de direitos políticos.

Legislação atual – A Lei 7.347/85, no entanto, prevê a possibilidade de ingresso de ação civil pública em casos de danos morais e patrimoniais: ao meio ambiente; ao consumidor; à ordem urbanística; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; por infração da ordem econômica e da economia popular.

A lei considera legítimos para propor a ação civil pública: o Ministério Público; a Defensoria Pública; a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios; as autarquias, as empresas públicas, as fundações ou as sociedades de economia mista; e as associações constituídas há pelo menos um ano e que tenham entre suas finalidades institucionais as razões passíveis de ação civil pública.

DEM vai defender reforma política completa, afirma Magalhães Neto

O deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto (BA)**, novo líder do DEM, defende a aprovação de uma reforma política completa já neste semestre. “Para nós, é fundamental aprovar a reforma política no começo deste ano. Não dá para ser fatiada, tem que ser completa”, afirmou. Magalhães Neto foi eleito líder da bancada na semana passada (31), em substituição ao deputado **Ronaldo Caiado (GO)**.

Entre os temas a serem debatidos na reforma, o deputado ressaltou o financiamento público de campanha, o voto em lista fechada e o fim das coligações proporcionais de partidos. Ele afirmou que a necessidade da reforma política é um consenso na Câmara.

Segundo o líder, o partido também quer fortalecer os municípios e garantir mais recursos para eles com uma reforma tributária. “Queremos discutir de que



Magalhães Neto

GILBERTO NASCIMENTO

forma os municípios e estados podem ter mais independência”, disse. A pauta da reforma tributária, na opinião do líder do DEM, também deve incluir a desoneração da folha de pagamento.

Outro ponto apontado pelo parlamentar como prioridade é o financiamento da saúde, por meio da aprovação da regulamentação da

Emenda Constitucional 29.

Apagão - O líder do DEM também cobrou explicações do governo federal sobre o “apagão” ocorrido na sexta-feira na Bahia e em outros estados do Nordeste. Antônio Carlos Magalhães Neto espera que o governo explique urgentemente as causas da pane.

“O que nós estamos vendo é que o setor energético no Brasil está completamente loteado politicamente. Em vez de o governo privilegiar e prestigiar a qualidade técnica e os bons profissionais

nas áreas estratégicas, fica refém de uma disputa política e partidária pelos cargos no setor. Isso tudo afeta inevitavelmente a qualidade dos serviços e ocasiona episódios como o que deixou o Nordeste inteiro apagado”, disse o deputado.

Perfil - O advogado Magalhães Neto, 31 anos, foi eleito para seu terceiro mandato como deputado federal pelos Democratas. Foi o candidato a deputado mais votado na Bahia em 2002, 2006 e 2010. Natural de Salvador, é herdeiro político do avô – o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Antonio Carlos Magalhães.

Em seu primeiro mandato, foi sub-relator de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios. De 2005 a 2008, foi membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 2009/2010, foi o 2º vice-presidente e corregedor da Câmara, além de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Foi vice-líder do PFL/DEM e líder do DEM na Câmara. Entre as proposições já apresentadas pelo deputado, está a que torna o Conselho de Ética mais rigoroso.

Sarney: Senado deve instalar comissão para analisar mudanças ainda neste semestre

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que espera instalar, na próxima semana, a comissão para elaborar um projeto de reforma política. A comissão deverá analisar matérias sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional e realizar audiências públicas para debater as com a sociedade. Devido à importância do assunto, Sarney afirmou que acompanhará diariamente os trabalhos.

“Há um empenho muito grande. Em geral, quando se fala em reforma política, discute-se, apresenta-se e não se acompanha. Quero acompanhar diariamente esse assunto porque eu acho que é o mais necessário que nós temos para melhorar a participação política no processo nacional”, afirmou Sarney à *Agência Senado*.

Segundo Sarney, a nova comissão não terá relação direta com a Comissão de Reforma do Código Eleitoral, criada em junho do ano passado para elaborar um anteprojeto. “A Comissão de Reforma Eleitoral está processando uma reforma do Código Eleitoral. É outra coisa inteiramente diferente, é uma legislação eleitoral”, disse.

Opiniões - Em entrevistas, Sarney



O presidente do Senado, José Sarney, durante entrevista

JANE DE ARAUJO / AG SENADO

tem dito que a expectativa é que seja elaborado um projeto de reforma política até a metade deste ano. Para ele, é necessário que as mudanças no sistema político sejam aprovadas ainda em 2011 para evitar a ação de “grupos corporativistas”.

O senador tem defendido o fim do voto proporcional e a adoção de um modelo denominado “distritão”, pelo qual seriam eleitos os deputados mais votados em cada estado. Na opinião de Sarney, o atual

sistema eleitoral brasileiro valoriza o voto no indivíduo, prejudicando os partidos políticos e o debate de ideias.

“No atual sistema, a fragilidade dos partidos é total, os candidatos concorrem nas eleições uns contra os outros dentro do próprio partido e não contra os outros partidos. Não há discussão de programas, de ideias, e isso faz

com que se torne uma luta pessoal e não programática”, afirmou.

De acordo com Sarney, apesar de o país ter avançado nos setores social e econômico, ao longo dos últimos anos, regrediu no setor político. “No dia em que nós acabarmos com o voto uninominal, proporcional, que só existe no Brasil, nós vamos abrir a grande porta para que se possa fazer uma reforma política moderna, atualizada”, disse.

Pinga-Fogo

Saúde

Luiz Couto (PT-PB) relatou as dificuldades enfrentadas pelos agentes comunitários de saúde do município de Sapé, na Paraíba. Segundo o deputado, os agentes não recebem salários há dois meses e a justificativa da prefeitura é a falta de repasse dos recursos do Ministério da Saúde. “Vou buscar informações junto ao Ministério sobre a interrupção dos repasses. Os agentes comunitários são indispensáveis na prevenção de doenças e contribuem para conquistas como a redução da mortalidade infantil em comunidades carentes, portanto, eles não podem ser prejudicados.”

Reforma política

Ronaldo Benedet (PMDB-SC) acredita que a reforma política no País é necessária. Ele informou que a bancada do PMDB está unida para apoiar as mudanças que forem pertinentes. “O partido esteve na vanguarda da última grande reforma política brasileira com a promulgação da Constituição de 1988, e hoje defende uma nova reforma”, disse o deputado. Para Benedet, as mudanças nas regras eleitorais e uma reforma tributária abrangente vão proporcionar melhor distribuição dos tributos arrecadados e fortalecer o pacto federativo.

Dilma Rousseff

Gilmar Machado (PT-MG) elogiou a mensagem do Executivo, na instalação dos trabalhos legislativos, no dia 2. De acordo com o deputado, o documento apresentado pela presidente Dilma Rousseff prevê a ação conjunta dos poderes públicos no combate à pobreza, na redução das desigualdades socioeconômicas, na distribuição gratuita de medicamentos e na valorização do trabalho dos professores. A presidente também defendeu um acordo com o Congresso Nacional para aprovação das reformas política e tributária e de uma política de longo prazo para reajuste do salário mínimo.

Pinga-Fogo

Eleição

João Bittar (DEM-MG) agradeceu os votos que o elegeram para a Câmara e prometeu ajudar o desenvolvimento de Minas Gerais. "Agradeço ainda o apoio de Aécio Neves na campanha. Como senador, estou certo de que Aécio vai contribuir para alavancar projetos voltados ao crescimento nacional." Bittar sugeriu que a Casa trabalhe pela justiça social, que resultará da ação do poder público em favor da geração de empregos e da distribuição de renda.

Macapá

Dalva Figueiredo (PT-AM) registrou os 253 anos de fundação de Macapá, no dia 4. "Quero parabenizar a capital do Amapá pela data e destacar a beleza da cidade localizada às margens do rio Amazonas", disse a deputada, citando que Macapá situa-se na linha do Equador, que divide o planeta entre em hemisférios sul e norte. Ela cobrou mais investimentos federais na capital, a fim de gerar empregos e garantir melhor qualidade de vida.

Crack

Osmar Terra (PMDB-RS) elogiou a intenção do governo de priorizar o combate ao tráfico de drogas. "Deve ser mais rigoroso, principalmente contra o crack, que tem efeito avassalador sobre os usuários. O melhor resultado no tratamento é a abstinência por certo tempo, já que a doença não tem cura", disse ele, que é médico. Segundo o deputado, o Brasil tem 2 milhões de usuários do crack, sendo 100 mil no Rio Grande do Sul. "Metade dos homicídios praticados no estado são relacionados ao consumo e ao tráfico do crack."

Discurso de Dilma

Chico Lopes (PCdoB-CE) comentou o discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, no Congresso Nacional. Na abertura dos trabalhos legislativos, Dilma afirmou que o Brasil espera pelas reformas política e tributária. "Sou a favor das reformas para o avanço democrático do País e para que coibam os abusos das campanhas eleitorais", declarou.

Líder do PR pretende discutir reformas e Código Florestal

Tiago Miranda

O novo líder do PR, deputado **Lincoln Portela (MG)**, afirmou que as reformas política e tributária e o novo Código Florestal (Projeto de Lei 1.876/99) estão entre as prioridades do partido para a nova legislatura. Portela foi eleito para a liderança da bancada na semana passada (1º), após assumir interinamente o cargo quando o deputado **Sandro Mabel (PR-GO)** se afastou para concorrer à Presidência da Câmara.

"Precisamos de uma reforma política sem o maniqueísmo de lista fechada e financiamento público de campanha", afirmou Portela. Segundo ele, a Câmara não pode analisar apenas esses dois pontos, mas deve discutir também temas como a adoção do voto majoritário com o fim de coligações, o fim do suplente de senador e um plebiscito sobre o voto facultativo.

Precisamos de uma reforma política sem o maniqueísmo de lista fechada e financiamento público de campanha

Com relação à reforma tributária, o parlamentar declarou que é preciso discutir o tema, mas ainda não definiu os principais pontos a serem defendidos pelo partido. "Vamos votar a reforma, vamos. Vamos fatar, vamos. O importante é pautar a reforma tributária", disse.

Segundo Portela, o PR ainda não definiu como vai se posicionar sobre o relatório do deputado **Aldo Rebelo (PCdoB-SP)** sobre o novo Código Florestal. Ele afirmou que precisa ouvir deputados das bancadas ruralista e ambientalista que fazem parte do partido para definir uma posição sobre o tema.

Segurança pública - O líder do PR



Lincoln Portela

também defende a aprovação de propostas de emenda à Constituição que tratam de segurança pública. Na última legislatura, Portela esteve entre os principais defensores da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que estabelece piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares, e da PEC 308/04, que cria a Polícia Penitenciária federal e estaduais.

O deputado também quer a aprovação da PEC 534/02, que amplia as competências das guardas municipais.

Perfil - Radialista e ex-apresentador de TV, Lincoln Portela, 57 anos, assumiu seu quarto mandato de deputado federal. Antes de chegar ao PR, passou pelos extintos PST e PL e pelo PSL. Na Câmara, atuou como titular de diversas comissões, como a de Direitos Humanos e Minorias e a de Legislação Participativa. Integrou ainda a Comissão Mista de Orçamento.

PSC quer rever pacto federativo para ampliar recursos dos municípios

O Partido Social Cristão (PSC) terá como prioridade nesta legislatura rever o pacto federativo para garantir mais recursos públicos para os municípios.

"Os municípios são responsáveis pela grande maioria dos investimentos, educação, saneamento, mas não têm retorno tributário para isso", disse o novo líder, deputado **Ratinho Junior (PR)**,

eleito na semana passada, em substituição ao deputado **Hugo Leal (RJ)**.

Segundo o parlamentar, é necessário fazer um levantamento do custo por habitante, em relação aos recursos públicos geridos pelos municípios, para poder discutir a redistribuição dos tributos com a União e os estados. Ratinho Junior defende também a simplificação dos impostos.

"São assuntos extremamente complexos. Regiões e bancadas têm seus

interesses e pensam de maneiras diferentes", afirmou.

Minirreformas políticas - O líder do PSC também defendeu minirreformas políticas que priorizem o fortalecimento dos partidos, com destaque para a fidelidade partidária. "Hoje o Brasil não tem partidos consolidados, com suas ideologias e

pensamentos de gestão", avaliou.

O deputado espera discutir a adoção do voto em lista fechada. Ele observou que a reforma política, "por ser um tema muito complexo", não pode ser feita de uma vez.

Crescimento do partido - Ratinho Junior disse que o PSC tem o compromisso de fortalecer-se como partido de médio porte. "Ser médio não é ser vaquinha de presépio", alertou o líder.

O partido cresceu quase 90% na Câmara, na comparação entre a legislatura

anterior e a atual: subiu de 9 para 17 parlamentares.

O deputado lembrou ainda que, nos últimos quatro anos, o relacionamento com o governo era mais pessoal do que formal. "Hoje, os projetos serão analisados por toda a bancada de forma mais independente, focando na ideologia do partido", explicou o líder do PSC.

Mais votado - Ratinho Junior foi o deputado federal mais votado no Paraná, com 358.924 votos, o equivalente a 6,32% do total de votos válidos. Em 2002, aos 21 anos, foi o deputado estadual mais votado da história do estado, com mais de 189 mil votos. Em 2006, obteve a segunda maior votação para a Câmara dos deputados, com 205 mil votos.

O parlamentar já atuou na Casa como titular na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e, como suplente, nas comissões de Defesa do Consumidor; de Turismo e Desporto; e da comissão especial que trata do Transporte Coletivo Urbano. (TM)



Ratinho Junior